

COM BASE NO EDITAL Nº 1 – EDITAL Nº 1 - BNB, DE 26 DE JANEIRO DE 2024



BNB

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

ANALISTA BANCÁRIO 1

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática/Raciocínio Lógico e Quantitativo
- ▶ Conhecimentos Bancários

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



Conteúdo totalmente alinhado ao edital.



Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.



Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.



Questões gabaritadas.



Bônus especiais que otimizam seus estudos.



**Adquira aqui sua
apostila completa**



BNB

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

ANALISTA BANCÁRIO 1

COM BASE NO EDITAL Nº 1 – EDITAL Nº 1 -
BNB, DE 26 DE JANEIRO DE 2024

CÓD: OP-122ST-26
7901204402689

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	10
3. Domínio da ortografia oficial	11
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual	11
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	12
6. Emprego de tempos e modos verbais	13
7. Domínio da estrutura morfosintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	16
8. Emprego das classes de palavras	21
9. Emprego dos sinais de pontuação	28
10. Concordância verbal e nominal	30
11. Regência verbal e nominal	32
12. Emprego do sinal indicativo de crase	33
13. Colocação dos pronomes átonos	33
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	34
15. Significação das palavras	36
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	36

Matemática/Raciocínio Lógico e Quantitativo

1. Números reais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, radiciação e potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; problemas	45
2. Proporcionalidade: razões e proporções; divisão em partes diretamente e inversamente proporcionais; médias aritmética, geométrica e ponderada; regras de três simples e composta; porcentagem; problemas	52
3. Funções, equações e inequações de 1º e de 2º graus, exponenciais e logarítmicas: conceito, representação gráfica, problemas	57
4. Sistemas lineares	72
5. Análise combinatória e probabilidade: princípios fundamentais de contagem, arranjos, permutações, combinações, binômio de Newton, cálculo de probabilidades	75
6. Matemática financeira: juros simples e compostos: capitalização e descontos	81
7. Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, proporcionais, real e aparente	86
8. Planos ou sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos	88
9. Cálculo financeiro: custo real efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento	91
10. Taxas de retorno	92

ÍNDICE

Conhecimentos Bancários

1. Sistema Financeiro Nacional	99
2. Instituições do Sistema Financeiro Nacional - tipos, finalidades e atuação.....	103
3. Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional - funções e atividades	106
4. Instituições Financeiras Oficiais	114
5. Federais - papel e atuação	114
6. Operações de Crédito Bancário. Cadastro de pessoas físicas. Cadastro de pessoas jurídicas. Tipos e constituição das pessoas. Composição societária/acionária. Forma de tributação. Mandatos e procurações.....	117
7. Fundamentos do crédito. Conceito de crédito. Elementos do crédito. Requisitos do crédito.....	120
8. Riscos da atividade bancária. De crédito. De mercado. Operacional. Sistêmico. De liquidez.....	123
9. Principais variáveis relacionadas ao risco de crédito. Clientes. Operação. Tipos de operações de crédito bancário (empréstimos, descontos, financiamentos e adiantamentos).....	126
10. Operações de Crédito Geral. Crédito pessoal e Crédito Direto ao Consumidor. Desconto de duplicatas, notas promissórias e cheques pré-datados. Contas garantidas. Capital de giro. Cartão de crédito. Microcrédito urbano	128
11. Operações de Crédito Especializado. Crédito Rural. Conceito, beneficiários, preceitos e funções básicas; Finalidades: operações de investimento, custeio e comercialização	131
12. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): base legal, finalidades, beneficiários, destinação, condições.....	134
13. Crédito industrial, agroindustrial, para o comércio e para a prestação de serviços: conceito, finalidades (investimento fixo e capital de giro associado), beneficiários. Recursos utilizados na contratação de financiamentos.....	137
14. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): base legal, finalidades, regras, administração. BNDES/FINAME: base legal, finalidade, regras, forma de atuação. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): base legal, finalidades, regras, forma de atuação	139
15. Microfinanças: base legal, finalidade, forma de atuação.....	145
16. Serviços bancários e financeiros. Conta corrente: abertura, manutenção, encerramento, pagamento, devolução de cheques e cadastro de emitentes de cheques sem fundos (CCF). Depósitos à vista. Depósitos a prazo (CDB e RDB). Fundos de Investimentos. Caderneta de poupança. Títulos de capitalização. Planos de aposentadoria e de previdência privados. Seguros. Convênios de arrecadação/pagamentos (concessionárias de serviços públicos, tributos, INSS e folha de pagamento de clientes). Serviço de Compensação de Cheque e Outros Papéis. Cobrança. Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Correspondentes bancários. Arranjos de pagamentos.....	148
17. Depósitos à vista. Depósitos a prazo (CDB e RDB). Fundos de Investimentos. Caderneta de poupança. Títulos de capitalização. Planos de aposentadoria e de previdência privados. Seguros.	153
18. Aspectos jurídicos. Noções de direito aplicadas às operações de crédito. Sujeito e Objeto do Direito. Fato e ato jurídico. Contratos: conceito de contrato, requisitos dos contratos, classificação dos contratos; contratos nominados, contratos de compra e venda, empréstimo, sociedade, fiança, contratos formais e informais. Instrumentos de formalização das operações de crédito. Contratos por instrumento público e particular. Cédulas e notas de crédito. Garantias. Títulos de Crédito - nota promissória, duplicata, cheque.....	156
19. Fidejussórias: fiança e aval; Reais: hipoteca e penhor; Alienação fiduciária de bens móveis.....	161
20. O Banco do Nordeste do Brasil S.A.: legislação básica, programas e informações gerais de sua atuação como agente impulsionador do desenvolvimento sustentável da região nordeste	166
21. Ética aplicada: ética, moral, valores e virtudes. noções de ética empresarial e profissional. A gestão da ética nas empresas públicas e privadas.....	169
22. Código de Conduta Ética e Integridade do Banco do Nordeste do Brasil	174
23. Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Nordeste do Brasil.....	186
24. Estratégia ASG (Ambiental, Social e Governança): Estratégia de sustentabilidade do Banco do Nordeste do Brasil	188
25. Atualidades do mercado financeiro	191
26. Os bancos na Era Digital: Atualidade, tendências e desafios. Internet banking. Mobile banking.....	196
27. Open banking.....	200

ÍNDICE

28. Novos modelos de negócios	204
29. Fintechs, startups e big techs.....	208
30. Sistema de bancos sombra (Shadow banking).....	211
31. Funções da moeda	215
32. O dinheiro na era digital: blockchain, bitcoin e demais criptomoedas	220
33. Marketplace	223
34. Sistema de pagamentos instantâneos (PIX).....	224
35. Segmentação e interações digitais.....	228
36. Transformação digital no Sistema Financeiro	231
37. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações	234
38. Legislação anticorrupção: Lei nº 12.846/2013.....	248
39. Decreto nº 11.129 de 11/07/2022.....	252
40. Segurança cibernética: Resolução CMN nº 4.893, de 26/02/2021	261

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

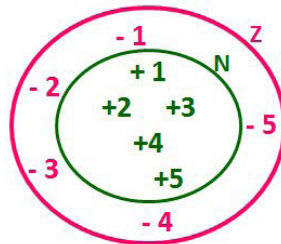


MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO

NÚMEROS REAIS: OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, RADICIAÇÃO E POTENCIAÇÃO); EXPRESSÕES NUMÉRICAS; MÚLTIPLOS E DIVISORES; MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM; PROBLEMAS

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS - Z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



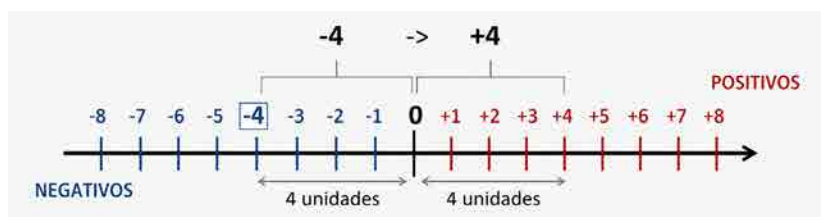
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z^+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^{*+}	Conjunto dos números inteiros positivos
	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^{*-}	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

AMOSTRA

OPERAÇÕES

▪ **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

▪ **Atenção:** O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

▪ **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

▪ **Atenção:** todos os parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, têm o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

1. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

$50 - 20 = 30$ atitudes negativas

$20 \cdot 4 = 80$

$30 \cdot (-1) = -30$

$80 - 30 = 50$

Resposta: A

▪ **Multiplicação:** é uma adição de números/fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b, pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

▪ **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

Atenção:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.

▪ 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS**:

- Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo;
- Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre **negativo**.

Exemplo:

1. (PREF. DE NITERÓI)

Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

▪ **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a, é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

- Toda potência de base positiva é um número inteiro positivo.
- Toda potência de **base negativa e expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa e expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

► **Propriedades da Potenciação**

▪ **1) Produtos de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

▪ **2) Quocientes de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

▪ **3) Potência de Potência:** Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

▪ **4) Potência de expoente 1:** É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

▪ **5) Potência de expoente zero e base diferente de zero:** É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$



CONHECIMENTOS BANCÁRIOS

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

FUNÇÃO ECONÔMICA E FUNDAMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO

O Sistema Financeiro Nacional reúne entidades e instituições responsáveis por organizar intermediação financeira, circulação de recursos e diversos mercados de moeda, crédito, capitais, câmbio, seguros e previdência. Sua função econômica central é conectar agentes com recursos disponíveis a agentes que necessitam de financiamento, além de permitir pagamentos, gestão de riscos e investimento. Como falhas nesse sistema podem se propagar rapidamente, a atividade recebe disciplina jurídica intensa voltada à estabilidade, eficiência e confiança.

► Intermediação financeira e circulação de recursos

Intermediação ocorre quando instituição capta recursos de poupadores e os direciona a tomadores, assumindo funções de seleção, transformação de prazos, gestão de liquidez e risco. Bancos são exemplo evidente, mas o sistema é mais amplo. Mercado de capitais permite financiamento direto por valores mobiliários; instituições de pagamento viabilizam transferências e serviços; seguradoras administram riscos mediante regime próprio.

O desenho institucional também responde à assimetria temporal entre captação e aplicação. Recursos recebidos com possibilidade de resgate em prazo curto podem financiar operações de prazo mais longo, o que exige reservas de liquidez e gestão cuidadosa do descasamento. Além disso, o sistema produz informações para avaliar risco de crédito, precificar ativos e direcionar poupança para usos produtivos. Quando esse processo funciona adequadamente, decisões dispersas de milhões de agentes são convertidas em fluxos de financiamento, investimento e pagamento. A disciplina jurídica incide justamente porque essas funções privadas possuem efeitos coletivos relevantes e podem transmitir perdas entre instituições e mercados.

Conexão entre poupadores e tomadores

Imagine famílias que mantêm depósitos e aplicações enquanto uma empresa deseja financiar nova fábrica. Um banco pode transformar parte dos recursos captados em crédito, avaliando risco e prazo. A empresa também pode emitir valores mobiliários no mercado de capitais, aproximando-se diretamente de investidores. As duas formas atendem à necessidade de financiamento, mas são supervisionadas por estruturas distintas.

A circulação financeira depende de confiança. Se depositantes acreditam que instituições não honrarão obrigações, retiradas simultâneas podem gerar crise de liquidez. Se informações sobre emissores forem inadequadas, investidores podem precificar

riscos de forma errada. A regulação procura reduzir essas fragilidades sem eliminar o risco econômico inerente às decisões financeiras.

► Estabilidade, eficiência e interesse público

A estabilidade financeira significa capacidade de o sistema desempenhar funções essenciais mesmo diante de choques. Eficiência envolve alocação de recursos, competição, inovação e custos adequados. Esses objetivos podem exigir equilíbrio: regra prudencial aumenta segurança, mas pode elevar custo de operação; inovação amplia acesso, mas cria riscos tecnológicos e de conduta.

O interesse público decorre do efeito sistêmico. Falha de uma instituição relevante pode atingir pagamentos, crédito e confiança além de seus clientes diretos. Por isso, autorização, supervisão prudencial, requisitos de capital, liquidez e governança são instrumentos comuns. O objetivo não é garantir lucro nem impedir toda insolvência, mas reduzir probabilidade e impacto de crises incompatíveis com funcionamento ordenado do sistema.

Confiança, liquidez e transformação de riscos

A estabilidade depende de a promessa financeira ser compatível com a capacidade de cumprimento. Instituições transformam características dos recursos que recebem: podem reunir muitos depósitos de pequeno valor, conceder financiamentos de prazo superior e diversificar exposições entre tomadores. Essa transformação cria utilidade econômica, mas produz vulnerabilidades. Um choque que provoque saques concentrados pode pressionar caixa mesmo quando a carteira de ativos conserva valor no horizonte mais longo.

A confiança, portanto, não é apenas percepção subjetiva. Ela se apoia em governança, controles, transparência, regras prudenciais, mecanismos de liquidação e capacidade de supervisão. Também depende de diferenciação adequada entre risco assumido voluntariamente pelo investidor e falha institucional que compromete o funcionamento do mercado. O ordenamento procura reduzir incentivos a condutas excessivamente arriscadas sem prometer ausência de perdas. Esse equilíbrio preserva disciplina econômica: administradores e investidores continuam responsáveis por decisões, enquanto o Estado estabelece limites para que a busca privada por retorno não produza externalidades sistêmicas desproporcionais.



AMOSTRA

O Sistema Financeiro Nacional é organizado por agentes normativos, supervisores e operadores. Órgãos normativos definem diretrizes gerais; entidades supervisoras fiscalizam cumprimento e editam regras dentro de suas competências; operadores prestam serviços aos usuários e realizam intermediação. Essa arquitetura distribui funções para evitar que formulação de política, fiscalização e atividade comercial sejam confundidas.

► Órgãos normativos e entidades supervisoras

No campo de moeda, crédito, capitais e câmbio, o Conselho Monetário Nacional ocupa posição normativa superior. O Banco Central executa política monetária dentro do arranjo legal, supervisiona instituições sob sua competência e regula matérias que lhe são atribuídas. A Comissão de Valores Mobiliários supervisiona o mercado de valores mobiliários. Em seguros privados, o Conselho Nacional de Seguros Privados exerce função normativa e a Superintendência de Seguros Privados atua como supervisora. Na previdência complementar fechada, o Conselho Nacional de Previdência Complementar exerce função normativa e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar supervisiona as entidades correspondentes.

A divisão de tarefas também melhora a responsabilização institucional. Normas gerais orientam o funcionamento de determinado segmento, enquanto a supervisão acompanha dados concretos, inspeções, autorizações e cumprimento de deveres. O operador, por sua vez, assume risco empresarial e responde pela prestação do serviço. Se uma cooperativa de crédito apresenta fragilidade patrimonial, por exemplo, a solução não nasce de uma decisão comercial do órgão normativo; exige atuação do supervisor no caso concreto, conforme as competências vigentes. A diferença entre formular diretrizes e aplicar controles individuais impede que a arquitetura do sistema seja reduzida a uma única autoridade onipotente.

Separação funcional e especialização

Uma instituição pode participar de conglomerado com atividades sujeitas a mais de um supervisor. A especialização exige coordenação e troca de informações para que riscos não sejam analisados isoladamente. Ao mesmo tempo, cada autoridade deve respeitar seu campo legal. Banco Central não substitui a CVM na supervisão geral do mercado de valores mobiliários, e a CVM não assume funções de política monetária.

► Instituições operadoras e segmentação do sistema

Operadores incluem bancos, cooperativas de crédito, corretoras, distribuidoras, instituições de pagamento, entidades de mercado e outras organizações autorizadas ou reguladas conforme a atividade. A classificação depende da licença e do serviço, não apenas do nome comercial. Uma mesma marca pode integrar grupo com pessoas jurídicas diferentes, cada qual responsável por operações específicas.

A tabela apresenta a arquitetura por segmentos.

Segmento do SFN	Órgão normativo	Supervisor principal	Operadores característicos
Moeda e crédito	Conselho Monetário Nacional	Banco Central	Bancos, cooperativas de crédito e outras instituições autorizadas
Mercado de capitais	Conselho Monetário Nacional em matérias gerais e competências legais próprias do setor	Comissão de Valores Mobiliários	Corretoras, distribuidoras, administradores e emissores conforme regime
Seguros privados	Conselho Nacional de Seguros Privados	Superintendência de Seguros Privados	Seguradoras e entidades sujeitas ao regime
Previdência complementar fechada	Conselho Nacional de Previdência Complementar	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	Entidades fechadas de previdência complementar

A tabela simplifica uma estrutura que possui interseções e regimes especiais. Ela serve para identificar a lógica de normatização, supervisão e operação, não para substituir a legislação específica de cada entidade.

A segmentação ainda facilita identificar a origem de uma regra. Uma exigência prudencial dirigida a bancos decorre de competência diferente daquela usada para disciplinar oferta pública de valores mobiliários ou solvência de seguradoras. Essa rastreabilidade importa para validade das decisões e para a conformidade dos operadores. Grupos econômicos diversificados precisam mapear cada atividade à autoridade correspondente, evitando tratar supervisão consolidada como se eliminasse obrigações específicas de cada pessoa jurídica ou mercado.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

